

Muitos projetos em um



Paulo Henrique de Almeida

Superintendente de Planejamento Estratégico do Estado da Bahia

Eugênio Gudín, eterno guru do neoliberalismo tupiniquim, opôs-se, em 1974, à construção da ponte Rio-Niterói, porque esta seria uma "obra turística", sem justificativa "em um país de escassos recursos que se defronta com necessidades berrantes".

Com visão de estadista, a presidente Dilma Rousseff manifestou-se sobre outro grande projeto brasileiro, o "trem bala", que ligará São Paulo ao Rio de Janeiro: "Não se trata de oferecer mais uma alternativa de transporte, mas de produzir uma reconfiguração urbana". Trata-se de desconcentrar a metrópole, de recriar condições de vida e trabalho. É o que se pode dizer com relação à ponte Salvador-Itaparica. Como no caso da ponte Rio-Niterói, ela não deve ser imaginada como um projeto viário ou simples "obra turística". Ou será reestruturação urbana e alavanca de desenvolvimento regional, ou não acontecerá.

A ponte significará, na ilha, aumento planejado da população, expansão da classe média e constituição de cidades com vida própria. Em Salvador, será poderoso vetor de requalificação do Centro Antigo. Desta simbiose Centro-Ilha, Ilha-Centro, surgirá uma metrópole compacta, com melhor mobilidade, menores custos ambientais e maior qualidade de vida. Mais que isso: como disse o urbanista e deputado federal Zezéu Ribeiro, a obra fará com que Salvador retorne ao Recôncavo, será ponte também entre passado e futuro, reunindo uma capital mais dinâmica ao atual "Reconvexo".

Soluções serão dadas para um tráfego ampliado. Parte do transporte de carga terá como destino final o Porto de Salvador, a partir de retroárea a ser instalada no continente, do outro lado da Ponte do Funil. Outra fração será dirigida através da Via Expressa para a BR-324. Mas o que fazer com os passageiros e com os veículos leves? A ponte não terá futuro sem o equacionamento da mobilidade, o que pode significar trilhos (VLT) ligando a ilha a Salvador e nova via paralela ao litoral atlântico da capital.

O tempo da ponte é também o da consolidação da Baía de Todos-os-Santos (BTS)

como complexo industrial e portuário. A navegabilidade terá que ser garantida durante a obra e após sua conclusão. Soluções serão encontradas para assegurar a produção e manutenção de plataformas petrolíferas e para a passagem de grandes equipamentos portuários destinados ao interior da baía.

Niterói (RJ), Vitória (ES) e Florianópolis (SC) estão entre as cidades mais dinâmicas do país. Esse dinamismo está, sem dúvida, relacionado à integração regional permitida pelas pontes que dão suporte às suas economias. Espera-se, aqui, processo semelhante. A Ilha, o Recôncavo e o Baixo Sul reúnem, hoje, municípios pobres. A ponte trará investimentos para a região, com o desenvolvimento de atividades industriais, agroindustriais e de serviços. Destaque-se a possibilidade de um novo polo industrial e logístico a partir dos estaleiros de São Roque do Paraguaçu.

O projeto dinamizará não apenas os municípios que se situam no corredor a ser criado entre a Capital, a Ilha e a BR-324, mas também aqueles atravessados pelas rodovias BR-116, BR-101 e BA-001. Que se destaque o impacto previsto no eixo sul. A ponte reduzirá radicalmente a distância entre a capital, Ilhéus e Itabuna, cidades que serão revigoradas por grandes investimentos já em curso – Ferrovia Oeste Leste (Fiol), Porto Sul e um novo aeroporto. Todo o litoral que se estende da região cacaueira à Baía de Todos os Santos conhecerá maior desenvolvimento turístico e intensa ocupação de veraneio, com efeitos positivos para a agropecuária, o comércio e os serviços locais.

O impacto paisagístico e ambiental sobre a Baía de Todos os Santos será mitigado e compensado. De uma ponte destinada a durar cem anos espera-se que seja bela e compatível com a preservação do patrimônio natural e histórico.

Sem miopia, portanto. Serão muitos projetos em um, que exigirão grande esforço de planejamento regional, de pactuação federativa e concertação política. Proposição ousada do governo Wagner, a Ponte só se materializará como projeto de Estado.